

**GEMINIS**

[DOSSIÊ - FÃS, ATIVISMO E REDES: MÍDIA LIVRE DO QUE?]

**GEMINIS**

# **HASHTAG CONTROVÉRSIAS: AÇÕES, VÍNCULOS TEMPORÁRIOS E ATIVISMO FEMINISTA EM REDE SOCIOTÉCNICA**

## **PATRÍCIA AZAMBUJA**

*Professora Adjunta do Curso de Comunicação Social - UFMA.  
Coordenadora do projeto de pesquisa Comunicação Expandida  
II, vinculado ao Observatório de Experiências Expandidas em  
Comunicação - ObEEC - Financiamento: Fundação de Amparo à  
Pesquisa no Maranhão/ FAPEMA.  
Email: patriciaazambuja@yahoo.com.br.*

## **ANA PAULA PEREIRA COELHO**

*Graduada em jornalismo pela UFMA e mestranda da UFES.  
Email: ana.coelho.jornal@gmail.com.*

## RESUMO

A percepção de movimentos sociais, culturais e midiáticos cada vez mais complexos nos induzem à busca por procedimentos metodológicos com potencial para refletir em torno desse imaginário e das formas emergentes de sociabilidade. O trabalho a seguir busca na compreensão da Teoria Ator-rede (TAR) como método, experimentar a sua aplicação em um estudo empírico, que partindo de uma análise mais estrutural da rede de ativistas em torno do evento *28 de setembro: dia de luta pela descriminalização do aborto na América Latina*, traça um mapa de associações híbridas, controvérsias nem sempre explícitas, vínculos e rastros deixados pelos *actantes* em ação. A partir desse coletivo heterogêneo de estabilizações provisórias, buscamos compreender a dinâmica de circulação de informações que partem das redes digitais rumo a uma materialização possível junto à sociedade civil organizada.

**Palavras-chave:** Ativismo; Feminismo; Internet; Sociotécnica; Teoria Ator-rede.

---

## ABSTRACT

The perception of social movements, cultural and media increasingly complex lead us to search for methodological procedures with the potential to reflect around that imaginary and emerging forms of sociability. The work then search in understanding the Actor-Network Theory (ART) as a method, try its application in an empirical study, starting from a more structural analysis of activists network around the September 28 event: day of struggle for decriminalization of abortion in Latin America, draws a map of hybrid associations, controversies not always explicit, bonds and traces left by actants in action. From this heterogeneous collective provisional stabilizations, we try to understand the dynamics of information flow departing digital networks towards a possible materialization with organized civil society.

**Keywords:** Activism; Feminism; Internet; sociotechnical; Actor-network theory.

**A**lguns manifestos populares acontecidos em diferentes regiões do país, especialmente, a partir de 2013, e pelas mais diversas motivações, intrigam por sua capacidade de mobilização e pelo volume de pessoas envolvidas. No entanto, chama atenção também a heterogeneidade das pautas de reivindicação, que pareciam migrar, de uma forma quase literal, dos espaços polifônicos das redes sociais para as ruas, promovendo aparente “caos” nos espaços urbanos. Alguns trabalhos recentes analisam como o Twitter e o Facebook podem ser preponderantes para a dinâmica de difusão das informações em alguns desses eventos, tanto para os que participam como para os que acompanham apenas de casa. Por outro lado, é curioso como esse fluxo de circulação de dados, baseado em diferenças (interesses, canais de veiculação, espaço de emissão e recepção etc.), pode traduzir universos tão complexos quanto os desdobramentos que deles se espera.

Considerando a polifonia de vozes e interesses observados em trabalhos atuais, o que passa a nos intrigar são necessariamente as divergências, a heterogeneidade dos mecanismos envolvidos e, na contramão disso tudo, certa conformidade pelo interesse em estabelecer consensos e padrões. Para efeito desse artigo, fazemos a proposta de seguir o mapa das ações, do movimento das conexões e suas “possibilidades” e, motivado por evento ligado a grupos ativistas no Brasil, visualizar a dinâmica de circulação de informações que partem das redes sociais digitais, em especial, algumas características e reverberações junto à sociedade civil organizada. Definimos partir de um tema/evento polêmico<sup>1</sup>: 28 de setembro, *dia latino americano de luta pela legalização e descriminalização do aborto*, percebido dentro de uma pauta correspondente aos direitos reprodutivos das mulheres e, dessa forma, fazendo parte das discussões de círculos feministas. O dia de luta é emblemático e a proposta, no ano em que iniciamos a observação - 2014, foi utilizar todos os dias do mês de setembro para pontuar o tema e torná-lo cada vez mais recorrente nos veículos de grande alcance e em setores de discussão política e social.

Tratando-se de um trabalho que apenas tangencia tradições do conhecimento

---

1 Pesquisa do IBOPE, em 2014, apontou que 79% dos entrevistados eram contra o aborto. A pesquisa foi encomendada pelo Sistema Globo de Comunicação ao Tribunal Superior Eleitoral, e buscou identificar os possíveis temas para os debates entre os presidentes, ao longo das campanhas eleitorais deste ano. Disponível no [link](http://pesqele.tse.jus.br/pesqele/publico/pesquisa/Pesquisa/visualizacaoPublica.action?id=24566) <http://pesqele.tse.jus.br/pesqele/publico/pesquisa/Pesquisa/visualizacaoPublica.action?id=24566>

epistemológico, por considerá-las em parte bem resolvidas em nosso campo, busca especificamente reflexões no campo da metodologia aplicada às experiências. Em especial, a observação de dados empíricos nesse evento, procurando problematizar o ato interpretativo (Gumbrecht, 1995), e pensar a impossibilidade de processos de comunicação centrados sobretudo nos meios, em si mesmos, seu temas, ou exclusivamente nos sujeitos do processo, considerando, inclusive o que Asa Briggs e Peter Burke (2004) já apontava acerca da “revolução” da prensa de Gutenberg: “Falar da impressão gráfica como agente de mudança é dar muita ênfase ao meio de comunicação, em detrimento de escritores, impressores e leitores que usaram a nova tecnologia, cada qual segundo seus próprios e diferentes objetivos” (p.32). Há nesse caso a necessidade de estender as consequências sociais e culturais do uso das técnicas, e explorar a produção midiática como um todo, um repertório, um sistema; incluindo questões políticas, perspectivas de cooperação, ações na rede de possibilidades, enfim, alguns modos como o social se faz e refaz (LATOURET, 2005), sem no entanto conformar-se com a ingenuidade do que tudo pode a partir do uso da internet.

Entende-se que neste momento, com o foco em um tema absolutamente controverso, norteado pelas *hashtags* #28set, #LegalizaOAborto e #AbortoLegal, não haja motivos para isolar de forma absoluta os dados observados. A objetividade, cujo grande mérito seja a manutenção do rigor científico, nesse caso, passa a ser ponderada em benefício da observação das relações heterogêneas da rede nas suas dinâmicas, que parte de um evento em 2014 e continua presente, certamente, não através de desfechos definitivos, mas ações e conexões que podem ser relidas, reinterpretadas, ou obter infinitos usos.

Motivados por argumentações de pesquisadores brasileiros do campo da comunicação, no âmbito da convergência tecnológica de fluidez temporal, compreendemos esse como um esforço no sentido de encarar os desafios metodológicos atravessados por novas dinâmicas cognitivas. A professora Maria Immacolata Vassallo Lopes (2011), por exemplo, pontua sobre a necessidade de aprendermos com as novas experiências de comunicação, considerando os modos de participação das audiências diante das situações complexas de multiplicação das telas, além do cenário favorável para combinações metodológicas adequadas à observação de novos comportamentos. Santaella e Lemos (2010) consideram a necessidade de perceber “pequenos acenos de presença” (p.52), ou a vivacidade ininterrupta com os usos de dispositivos móveis, como elementos tão importantes quanto os conteúdos comunicados. Fernanda Bruno (2012), ao descrever pesquisas recentes sobre *big data*, e o aumento da capacidade de coleta e tratamento de dados, aponta, por outro lado, que o ganho quantitativo não pode se

sobrepôr à possibilidade de renovar a leitura dos processos sociais.

Portanto, parece consensual a necessidade de repensar os métodos de observação no cenário digital de novas relações emergentes. Tommaso Venturini e Bruno Lotar (2010) afirmam, inclusive, que os meios digitais oferecem uma chance de reconstruir o estudo dos fenômenos sociais, no entanto, algumas ferramentas disponíveis não permitem examinar interações específicas ou perceber a superfície das estruturas globais.

### PARA COMEÇAR, CONTROVÉRSIAS METODOLÓGICAS

Assim como em alguns artigos anteriores<sup>2</sup>, propomos como metodologia também para este trabalho, o princípio da simetria, conduzido pela Teoria Ator-rede - TAR<sup>3</sup> (LATOURE, 1997 e LAW, 2004, 2008). Simetria, como princípio metodológico, propõe pensar o social menos como categoria de base analítica, posta antecipadamente, e mais como um processo contínuo, vinculado a uma rede de relações heterogêneas geradas no campo das experiências. Seguindo a ideia de narrar sem necessariamente demarcar soluções definitivas para as controvérsias identificadas, rastreando as conexões a partir de uma escrita etnográfica, a TAR (LATOURE, 1994, 2005) redefine a noção de social para além dos limites humanos, como uma rede de (re) associações entre elementos heterogêneos (humanos e não-humanos).

Considerada pelos próprios autores uma ferramenta metodológica, não pretende a universalidade de uma teoria, nem privilegia os aspectos humanos daqueles normalmente conhecidos como atores sociais. Por outro lado, a sigla para *Actor-Network-Theory* (ANT) e seu significado em inglês, formiga, funcionam perfeitamente como analogia para a importância das pequenas conexões. John Law (2008) discorre no artigo *On sociology and STS*, sobre a necessidade de buscarmos métodos de investigação científicos condizentes com “realidades performativas”. Para ele, a teoria deve ser feita

2 AZAMBUJA, Patrícia; COELHO, Ana Paula Pereira. Ações, Rastros e Controvérsias Online/ Offline: possibilidades metodológicas a partir da Teoria Ator-rede. Estudos e Pesquisas em Psicologia (Online), v. 15, p. 1201-1223, 2015. Disponível no link: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/20254/14620>AZAMBUJA, Patrícia; MONTEIRO, Márcio. Recepção transmidiática: incursões pela Teoria Ator-rede. In: Revista Comunicación, No10, Vol.1. PP.1276-1289. ISSN 1989- 600X. 2012. Disponível no link: [http://revistacomunicacion.org/pdf/n10/mesa8/099.Recepcao\\_transmidiatica-incursoes\\_pela\\_Teoria\\_Ator-rede.pdf](http://revistacomunicacion.org/pdf/n10/mesa8/099.Recepcao_transmidiatica-incursoes_pela_Teoria_Ator-rede.pdf)

3 Filiada ao campo de estudo chamado “Ciência, Tecnologia e Sociedade” (CTS), no *Centre de Sociologie de l’Innovation* (CSI) da *École Nationale Supérieure des Mines*, em Paris, trouxe à tona discussões atravessadas por diferentes áreas, entre elas a Sociologia e as Ciências Exatas, configurando um campo que tem entre os seus objetivos o tratamento das inovações científicas e tecnológicas. O grupo é composto, entre outros, por Bruno Latour, Michel Callon, Steve Woolgar, John Law, Madeleine Akrich, Vinciane Despret, Isabelle Stengers e Annemarie Mol.

sob forma de estudo de caso, uma “etnometodologia<sup>4</sup>” em descompasso com a ideia de grandes narrativas. Ao invés de seguir regras metodológicas capazes de iluminar objetos preexistentes, a TAR busca analisar as condições de possibilidades abertas aos novos actantes<sup>5</sup>, ao múltiplo e ao heterogêneo. Para John Law (2008), pesquisar é intervir. Portanto, este trabalho referencia-se na performatividade do método, a partir da qual a pesquisa empírica tem como objetivo dar luz a conexões invisíveis, às vezes, consideradas irrelevantes, ou numericamente insignificantes.

Em um cenário definido por Fábio Malini e Henrique Antoun (2013) como midialivrismo ciberativista, dentro do qual busca-se mapear experiências com dispositivos digitais e processos de compartilhamento, procuramos compreender como conceitos já bastante discutidos - entre eles, cultura da participação, colaboração, liberdade, descentralização na distribuição/ recepção de dados, ou associações emergentes -, favorecem (ou desfavorecem) a rede de ativistas e a ampliação de suas pautas. Do ponto de vista das práticas no processo comunicacional, pensando a complexidade das redes de relações sociais e o volume do conteúdo compartilhado, observa-se novas formas de mediação e troca de dados, numa dinâmica de simetria entre humanos e não-humanos (usuários, telespectadores, depoimentos, instituições, dispositivos tecnológicos, informação, manifestações de rua, leis etc.), assim como, a impossibilidade de compreensão de ações pontuais, isoladas de uma conjuntura. Por outro lado, não fica clara *a priori* a percepção sobre a qualidade dessas conexões e seu potencial de reverberação.

Com o intuito de pontuar algum elemento para localizar actantes e relações significativas, partimos de uma coleta empírico-quantitativa através do uso de ferramentas de coleta em banco de dados computacionais. Isto porque, o volume de conexões hoje possíveis através das ferramentas informáticas traduz um opulento, complexo e polifônico universo de dados disponíveis e, muitas vezes, inacessíveis. Para Fernanda Bruno (2012), por exemplo, as redes digitais favorecem o trabalho de rastreamento,

de modo que se pode, ao mesmo tempo, seguir uma série de ações e associações locais e ver como cada uma delas participa da construção de coletivos. A passagem de uma escala a outra se torna facilitada: é possível manter simultaneamente o foco (local) e a amplitude da observação, como num movimento zoom (BRUNO, 2012, p.698).

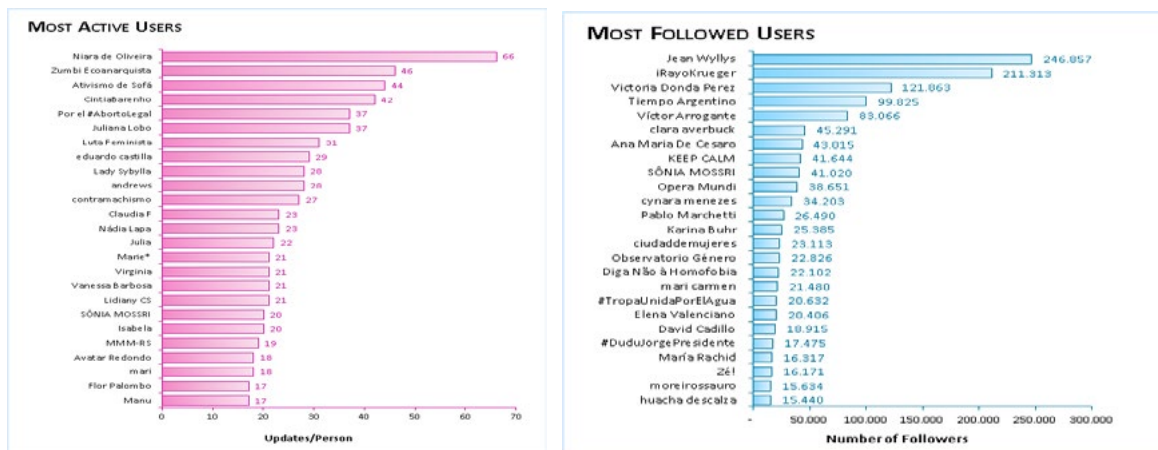
4 Bruno Latour (1997) analisa a etnometodologia como um movimento de reação ao abuso da metalinguagem em sociologia. “Em lugar de imputar aos atores sociais, a cada vez, interesses, cálculos, classes, hábitos, estruturas, supondo-os marionetes da sociedade, a etnometodologia quer esvaziar a sociologia de toda a sua metalinguagem e quer tomar o ator e sua prática como o único sociólogo competente. Entre o sociólogo falastrão e o ator, é melhor confiar no ator. Entre o sociólogo que põe ordem e o ator que acrescenta desordem, é melhor confiar no ator – e pior para a desordem” (p.28).

5 De acordo com Bruno Latour, a palavra ator, do inglês actor, se limita a humanos, por isso, muitas vezes utiliza actante (actant), termo emprestado da semiótica, para incluir não-humanos no entendimento sobre coletivo.

Com o tema escolhido - *28 de setembro: dia de luta pela descriminalização do aborto na América Latina* - não seria diferente. Entre os diversos grupos de mobilização inicialmente identificados pela internet - organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres e direitos reprodutivos (Católicas pelo Direito de Decidir, Instituto Patrícia Galvão, Anistia Internacional, entre outros), blogs, grupos feministas de diversas correntes ideológicas etc. - a grande maioria parecia estar conectada através de três *hashtags* principais: #28set #LegalizaOAborto #AbortoLegal. O monitoramento dessas variáveis através da ferramenta RowFeeder<sup>6</sup>, no Twitter e Facebook, entre os dias 22 de setembro e 2 de outubro de 2014, rastreou um contingente de 5.000 postagens, distribuído entre os dois sites. Considerada uma amostragem substancial, gerou gráficos com informações valiosas em relação à rede específica de conexões (ou uma das possíveis estabilizações temporárias).

Os dados iniciais ligados às *tags* foram organizados em gráficos, entre os mais significativos, nesse primeiro recorte, destacamos: dois perfis no Twitter, um com maior engajamento (maior número de postagens) e outro com maior capacidade de inserção do tema (maior número de seguidores).

Figura 1 - Dois ranking com os perfis no Twitter que 1) *mais postaram sobre o tema* e que 2) *possuíam o maior número de seguidores* a partir do monitoramento das *tags* #28set #LegalizaOAborto #AbortoLegal (entre 22 de setembro e 2 de outubro de 2014)



O acompanhamento foi realizado durante as duas últimas semanas do mês de setembro, em função do maior volume de interação em relação aos dias anteriores (proximidade da data do evento), mas também nos dias posteriores, sendo finalizada no dia 02 de outubro (dia do último protesto nas ruas). Assim observamos, a partir do resultado do monitoramento, que dois perfis ganharam destaque (FIGURAS 2 e 3), dois formadores de opinião distintos em seu universo de atuação.

6 Plataforma de monitoramento, de serviço pago, disponível no link <https://RowFeeder.com/>

Figura 2 - Print do perfil no Twitter da jornalista Niara de Oliveira



Disponível no link <https://twitter.com/NiDeOliveira71>

Figura 3 - Print do perfil no Twitter do Deputado Jean Wyllys.



Disponível no *link* [https://twitter.com/jeanwyllys\\_real](https://twitter.com/jeanwyllys_real)

Os dois personagens identificados nessa verificação quantitativa, curiosamente, estavam conectados no que tinham de divergente. Niara de Oliveira (@NiDeOliveira71), jornalista e ativista, possui blog com conteúdo próprio (<http://pimentacomlimao.wordpress.com/>), e Jean Wyllys (@jeanwyllys\_real), é deputado estadual do Rio de Janeiro (reeleito em 2014), jornalista e defensor dos Direitos Humanos. Em relação às *tags* #28set #LegalizaOAborto #AbortoLegal, o perfil da ativista estava destacado no topo porque apresentava o maior número de postagens a incluir as *tags*, enquanto o do deputado apresentava maior número de seguidores que postavam. Conclusão óbvia: apesar dos resultados aparentemente díspares, pois o próprio Wyllys havia citado uma das *tags* uma única vez, ficou definido um ponto de conexão entre dois grupos: ativista, formador de opinião, e parlamentar, com “poder” legislativo.



Fernanda Bruno (2012) também destaca considerações importantes sobre a rastreabilidade digital, principalmente, o fato de permitir “retraçar a formação de um fenômeno coletivo, navegando numa paisagem de dados que não supõe dois níveis - o elementar e o sistêmico; o micro e o macro; o individual e o estrutural - mas um único nível tão plano quanto possível” (p.698). Assim, propõe a renovação das estratégias de leituras dos processos sociais. Com base no texto de Tommaso Venturini e Bruno Latour (2010), para quem a estatística como atalho cria apenas uma distinção fictícia entre dois mundos, acredita-se que este mecanismo apenas facilita para os pesquisadores sociais observarem interações locais sem se misturar com o emaranhado de influências em torno de cada evento social. O que pode ser funcional, mas talvez restritivo, pois, de acordo com Bruno (2012), “podemos explorar os rastros digitais não mais como evidências atreladas à identificação de indivíduos ou à previsão de padrões comportamentais, tal como querem a política e o comércio” (p.699).

Mais que certezas, o quantitativo de postagens organizado pelo *RowFeeder* - mesmo considerando a iluminação de conexão relevante, representante do legislativo e ativista - talvez apontasse um mapa fechado de rede ciberativista, costurada pelas *tags*. Apesar desse ser um caminho possível, abrimos mão do redesenho de gráficos, e assumimos como metodologia o caminho para percepção de tensões e complexidades: abrir caixas-pretas<sup>7</sup> e cartografar controvérsias. Para Tommaso Venturini (2010), a cartografia de controvérsias é o conjunto de técnicas para observar instabilidades e descrever questões que surgam daí. Trata-se de uma versão didática da Teoria Ator-rede.

De fato, o que parece importante para estes pesquisadores são as possibilidades de ampliação nos modos de existência dos actantes, possíveis não na ideia de esgotamento ou criação de fronteiras conceituais ou de modos de coleta, mas na tessitura constante da rede de conexões em ação. Para Venturini e Latour (2010), a fraqueza de abordagens dualistas - a partir das quais, métodos quantitativos descrevem estruturas globais apenas quando estão estabilizadas, e métodos qualitativos concentram-se em interações locais somente quando circunscritos pelos participantes (como instâncias no passado) - é evidente, isso porque são impotentes diante de fenômenos emergentes. Em vez de concentrar-se nas áreas de consenso, os autores voltam-se para o estudo das controvérsias. Onde as disputas são furiosas, onde os jogadores não chegam a um acordo,

7 “A expressão caixa-preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais” (LATOUR, 2000, p.14). Há, portanto, relação com fatos ditos incontestáveis, os quais adquirem estabilidade ao conseguirem neutralizar incertezas e controvérsias ao seu redor. Neste caso, a caixa-preta está fechada; ficando a cargo de algum tipo de polêmica ou mudança no cenário geral de existência do fato o poder de reabri-la.

onde os laços sociais são liquidados ou, simplesmente, onde as mudanças ocorrem tão rapidamente que as velhas instituições não conseguem reconhecê-las. Controvérsias, em Ciências Sociais, são normalmente fenômenos residuais.

O saldo, portanto, do levantamento quantitativo inicial desse trabalho foram algumas perguntas sem resposta. Se havia mais pontos de conexão entre o grupo de ativistas e o parlamentar, quais seriam suas configurações? Como seria esse coletivo de vínculos temporários? Poderia surgir algum tipo de colaboração concreta?

Bruno Latour (2005) aconselha cumprir, sucessivamente, três tarefas distintas. Primeiro, aprender a seguir controvérsias, para assim conseguir ampliar a quantidade de participantes possível de existir em qualquer futuro agenciamento; sem necessariamente restringir o social a um domínio específico. Segundo, rastrear a maneira como os próprios actantes estabilizam estas controvérsias. Só então, observar através de quais procedimentos o coletivo de agências (actantes em ação) consegue refazer as relações sociais.

Seguimos portanto com o objetivo de compreender as conexões sociotécnicas (vínculos híbridos entre humanos e não-humanos) na rede em ação, e dar condições para que outros actantes pudessem fazer parte do coletivo observado: entidades igualmente completas, ubíquas, respeitáveis e empíricas formam o material não-social do social aqui acompanhado. Nossa orientação metodológica: estudarmos a ciência em ação (LATOURE, 2000), acompanhar controvérsias, buscando identificar os rastros deixados pelos actantes (BRUNO, 2012), abrir caixas-pretas e refazer o social - propondo diferentes modos de existência para o coletivo mapeado. No sentido de incluir, e não restringir, perseguimos os rastros das ações, nas diferenças que cada movimento tem poder de produzir. Para Latour (2005, p.43), aprendemos a traçar conexões sociais usando as pistas inesperadas deixadas pelas controvérsias em torno da formação dos grupos.

As conexões iluminadas até aqui já apontavam instabilidades absolutamente relevantes a partir da formação desses grupos (LATOURE, 2005, p.43), que manifestaram-se em elementos inesperados: em ano eleitoral o tema aborto tinha sido retirado da pauta dos principais presidenciáveis, segundo as pesquisas de intenção de votos (já considerando o índice de rejeição a este e outros temas). Em contrapartida, não foi excluído do debate pelos candidatos de partidos menores, como o Partido Verde (PV), com Eduardo Jorge; e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com Luciana Genro. Pelo contrário, estes candidatos se posicionaram em favor da descriminalização e legalização do aborto e colaboraram para a inserção do tema no debate público, obrigando os demais candidatos a se posicionarem.

A relação entre Deputado Jean Wyllys (perfil a fazer uma única referência ao tema naquele período e que possuía o maior número de seguidores<sup>8</sup>) traça um vínculo direto com a estruturação da pauta entre os presidenciáveis e possíveis ações posteriores. O que de fato foi comprovado nos debates pré-eleições. Também posteriormente, com o projeto de lei 882/2015, de 24 de março de 2015, proposto pelo deputado, e que tem como disposição geral, entre outras: “Art. 1o - Constitui objeto da presente Lei garantir os direitos fundamentais no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos, regular as condições da interrupção voluntária da gravidez e estabelecer as correspondentes obrigações dos poderes públicos<sup>9</sup>”.

Algumas observações são extraídas dessas conexões complementares (campanha eleitoral e projeto de lei), rastros nem sempre visibilizados para a população em geral, mas presentes em comentários nas redes sociais e ações políticas parcialmente difundidas pelos meios de comunicação. Enfim, uma rede com muitos pontos de afinidade, mas extremamente heterogênea, e também conformada pelos desvios e deslocamentos dos centros de interesse. Controvérsias possíveis entre organismos militantes, indivíduos, poder público, corrida eleitoral, opiniões e mídia (recorte pontual na figura 4) são essenciais no processo de entendimento de como esses coletivos, mesmo não centralizados através de um órgão de liderança que seja comum a todos, podem convergir em torno de um tema, e se organizar no sentido de construir capital social através das redes de compartilhamento (às vezes, também através de temas polêmicos), dando algum tipo de visibilidade aos assuntos normalmente esquecidos pela grande mídia, fazendo a manutenção do debate, e quem sabe, oferecendo algum tipo de pressão por mudanças juntos aos diversos setores competentes da sociedade.

---

8 Cruzamento de informações “apenas” possível, naquele período demarcado, a partir da utilização da ferramenta de monitoramento de banco de dados RowFeeder.

9 Informações específica no site da Câmara dos Deputados, a partir do *link*: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1313158&filename=PL+882%2F2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1313158&filename=PL+882%2F2015), e na página do próprio Jean Wyllys, disponível no *link*: <http://jeanwyllys.com.br/wp/jean-wyllys-apresenta-o-pl-da-saude-e-dos-direitos-sexuais-e-reprodutivos>.

Figura 4 - Outra rápida pesquisa no Twitter, mais uma vez, apresenta a heterogeneidade das redes de opiniões em torno do tema aborto, vinculadas à campanha eleitoral ou não. Aqui, alguns recortes de uma busca cruzando as palavras *aborto* e *luciana genro*.

Ver *link*: <https://twitter.com/search?q=aborto%25252520luciana%25252520genro&src=typd>



Percebe-se com isso, a necessidade de continuar o rastreamento pelo viés das diferenças, e ampliar o número de actantes. Para além do universo de dados quantitativos, alguns movimentos mais discretos, de alguma forma, são iluminados na rede que não cessa de apresentar rastros: um simples *link* na *timeline* nos leva para um depoimento no site Blogueiras Feministas.

Comecei a namorar com o meu marido aos 22 anos. Ainda no comecinho do namoro, durante uma transa, a camisinha estourou. Isso acontece, a gente sabe. Não com muita frequência, mas, acontece: camisinhas rasgam, métodos contraceptivos falham e a gente engravida sem querer, sem desejar, sem buscar. Como ainda não existia pílula do dia seguinte na época, fiquei dias tensa, esperando a menstruação descer [...] Felizmente, não houve gravidez [...] E digo felizmente porque reconheço que não deve ser fácil pra muitas de nós essa decisão. Eu mesma, com todas as minhas certezas e convicções, talvez tivesse tremido um pouco na hora H ou cultivasse um certo remorso por um tempo. Reconheço que não passei tão incólume assim à minha criação católica e, especialmente, patriarcal, com tanta culpa inculcada e mitificação da maternidade. Ainda assim, no fim das contas, mesmo isso diz respeito apenas a mim. Nossas crenças, conflitos e educação religiosa não podem ser determinantes na decisão que uma

outra mulher vai tomar sobre o seu próprio corpo. E o Estado tem que garantir que esse direito seja assegurado

(Trecho do texto *Eu e um quase aborto*, escrito por Vanessa Rodrigues, disponível no *link*: <http://blogueirasfeministas.com/2014/09/eu-e-um-quase-aborto/>. Postado em 16 de setembro de 2014).

Esse depoimento no site de ativistas nos direciona a um blog<sup>10</sup> criado para fins de divulgação da campanha *28 dias pela vida das mulheres*, e que apresentava postagens diárias, de 1º a 28 de setembro, com informações acerca da importância da descriminalização e legalização do aborto para a qualidade de vida das mulheres. Nesse ponto, o blog parecia propor mudança através da informação, da formação da opinião dos públicos, considerando o número e a diversidade de *links*, matérias, vídeos que eram postados diariamente, buscando, possivelmente, apontar alguma contradição ou acionar dirigentes e legisladores.

O que chamou a atenção, no entanto, foi a relação, agora individualizada, das declarações de mulheres relacionadas diretamente ao tema. Em contato com o grupo envolvido com o projeto, concluiu-se que o site fazia parte de um conjunto de estratégias ligadas à divulgação do blog e do documentário *Clandestinas* (23min e 51s), no qual histórias eram contadas a partir da narrativa de atrizes (FIGURA 5).

Figura 5 - Lançamento do documentário *Clandestinas* (Direção: Fádhia Salomão), como marco para o Dia Latino Americano de Descriminalização e Legalização do Aborto (28 de setembro).



Disponível no em post do blog *28 dias pela vida das mulheres*, no *link*: <http://28diaspelavidadasmulheres.wordpress.com/>

10 Início da contagem regressiva promovida pelo blog *28 Dias de Luta Pela Vida Das Mulheres*. Disponível no *link*: <http://28diaspelavidadasmulheres.wordpress.com/2014/09/page/2/>.

Bruno Latour (2005, p. 21) nos alerta que há distâncias crescentes entre o que desencadeia estes choques sucessivos e as soluções criadas para explicá-los e, nesse sentido, conclui-se a impossibilidade de buscar soluções para as “fontes de incertezas” (p.27). Inevitavelmente, depara-se com algumas contradições e possibilidades de reconfigurações sociais, e assim, o entendimento em torno dos movimentos que existem ou passam a existir entre actantes. “Traveling with ANT, I am afraid to say, will turn out to be agonizingly slow. Movements will be constantly interrupted, interfered with, disrupted and dislocated by the five types of uncertainties” (p.25). E é na primeira fonte de incerteza descrita por Latour (2005), “No Group, Only Group Formation” (p.27), que nos damos conta de quão descentralizado, fragmentado e pouco consensual nos aparece o debate sobre o tema *28 de setembro: dia de luta pela descriminalização do aborto na América Latina*.

To sum up, whereas for sociologists the first problem seems to settle on one privileged grouping, our most common experience, if we are faithful to it, tells us that there are lots of contradictory group formations, group enrollment - activity to which social scientists are obviously crucial contributors. The choice is thus clear: either we follow social theorists and begin our travel by setting up at the start which kind of group and level of analysis we will focus on, or we follow the actors' own ways and begin our travels by the traces left behind by their activity of forming and dismantling groups<sup>11</sup> (LATOUR, 2005, p.51).

O que à primeira vista pode parecer um problema, considerando certa ansiedade por soluções acabadas e definitivas, para Lúcia Santaella e Renata Lemos (2010), parece cautela, por considerarem não ser “prudente se debruçar monograficamente sobre um fenômeno quando ele ainda se encontra em estado de fervura. Para evitar a euforia, é necessário enxergar o fenômeno aquém e além de sua superfície borbulhante” (p. 8).

O fenômeno, nesse caso, materializa-se nos vínculos que passam a existir entre as diversas agências (a agir) observadas: teor controverso das opiniões na web, notícias, veículos de grande circulação, eventos propriamente ditos, ações sociais e políticas etc. Em suas múltiplas conexões e movimentos, esses actantes são percebidos pelos rastros deixados na rede, o que já denunciam articulações paralelas e híbridas às ações “socialmente” aceitas pela maioria da população brasileira (considerar dado IBOPE).

11 Tradução livre dos autores: “Para resumir, enquanto para os sociólogos o primeiro problema parece ser definir um grupo privilegiado, a nossa experiência mais comum, se formos fiéis a ele, nos ensina que há inúmeras formações de grupos contraditórios [...] Portanto, a escolha está clara: ou seguimos teóricos sociais e começamos a nossa viagem determinando já de início em qual tipo de grupo e nível de análise vamos nos concentrar, ou seguimos o caminho dos actantes e começamos a nossa viagem pelos vestígios deixados por suas atividades, na formação e desmantelamento dos grupos (LATOUR, 2012, p.51).

Observando-se inclusive maior visibilidade para muitas atividades sociais relacionadas, que ganham relevância ao amplificarem, a sua medida, os múltiplos pontos-de-vista sobre o tema (FIGURA 6).

Figura 6 - Artigo publicado em blog de jornalista, com *link* divulgado na *timeline* de um perfil no Facebook, a favor da despenalização do aborto, gera inúmeros comentários, demonstrando a complexidade da rede de associações aqui mapeada



Das conversações em rede, também como actantes estruturadores do capital social que envolve a formação das diferentes opiniões - portanto, humanos/ suas opiniões e não-humanos/ dinâmica de organização das ferramentas digitais -, há prolongamentos claros a partir de atividades promovidas nas ruas - desdobramento do virtual no espaço material/ físico - que nesse caso em específico, aconteceram em quatro importantes cidades brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro (FIGURA 7), Belo Horizonte (as três no dia 28 de setembro de 2014) e Brasília (no dia 02 de outubro, encerrando a mobilização comemorativa).

Figura 7 - Matéria do portal G1 sobre o ato promovido do dia 28 de setembro.



Matéria completa está disponível no *link*: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/09/manifestantes-fazem-ato-no-rio-pela-legalizacao-do-aborto.html>

### CONSIDERAÇÕES PARCIAIS SOBRE O COLETIVO E SEUS ACTANTES EM AÇÃO

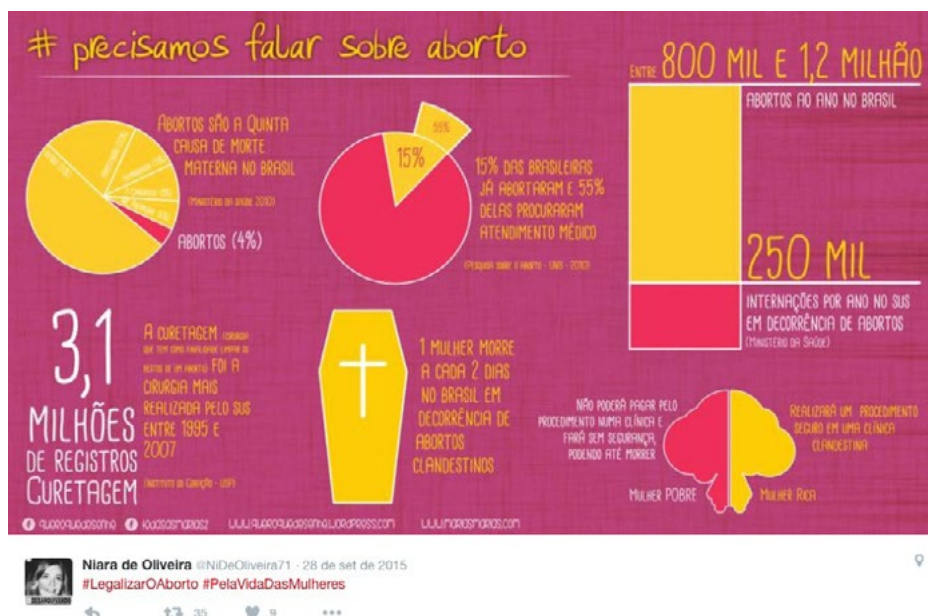
Ao seguir a orientação da TAR, e iniciar a observação pelas controvérsias no campo, inevitavelmente observamos o surgimento de um número significativo de participantes “invisibilizados” pelos mecanismos mais abrangentes da comunicação, ou mesmo de conexões impensadas em um primeiro momento. A experiência de “refazer o social” (LATOUR, 2005) a partir dessas novas conexões, do olhar para além dos consensos, abrindo as caixas-pretas, tornou possível o entendimento de novos interesses, ou diferentes conquistas, que passam pelo vínculo oportunizado dos fatos circunstanciais e temporários.

Em outras palavras, nossa referência inicial - o resultando da pesquisa do IBOPE, a partir do qual já percebemos o alto índice de rejeição (79% da população brasileira) em relação ao tema “aborto” - passa a ser atravessada por outras visões de mundo, por referências de universo cultural específico. Por exemplo, usando como base esse dado, o tema foi retirado da pauta de debate entre os presidentiáveis; no entanto, observamos o mesmo tema sendo pautado (e adquirir certo destaque) através de estratégias de comunicação de menor poder de visibilidade. O movimento ativista em prol da descriminalização do aborto, “corre por fora”, utilizando ferramentas amplas para atingir grupos específicos (FIGURA 8), tais como depoimentos gravados, blogs



com opiniões, redes sociais digitais, culminando inclusive em dias de manifestações nas ruas, pautados pela grande mídia.

Figura 8 - A blogueira Niara de Oliveira retomou o assunto com postassem em 28 de setembro de 2015.



Mesmo pelos canais alternativos envolvendo grupos específicos, já percebemos o grande embate de visões controversas, por isso, se por um lado temos garantido o direito à informação, por outro, surgem preocupações com violência e troca de insultos que acabam sendo multiplicadas pelas redes digitais, como afirma Maria José Rosado, coordenadora da organização não-governamental *Católicas pelo Direito de Decidir*.

[A] internet é um reflexo da sociedade. Se há fundamentalismo na sociedade, há também na internet. Em todo o mundo, as feministas têm utilizado as ferramentas digitais para disseminar suas ideias e angariar pessoas. Consideramos isso um avanço, uma oportunidade. Mas, ao mesmo tempo, assim como ocorre conosco, as ativistas têm sido alvo de ataques enfurecidos de pessoas contrárias aos avanços dos direitos humanos e isto inspira cuidados com a segurança na rede (Fragmento de entrevista concedida via email para as pesquisadoras, no dia 10 de junho de 2015).

A luta desses grupos, em ações conjuntas ou não, só pode existir a partir da força do contraditório, o embate de ideias e convicções e a tentativa de transformar o presente. Dessa forma, todo e qualquer espaço de ação torna-se também espaço político, de processos de mudanças necessários para o desenvolvimento de movimentos sociais cada vez mais atuantes e influentes na vida civil e política do Estado. A luta pela descriminalização do aborto envolve uma grande diversidade de questões importantes na

vida pública, não só dos direitos sociais da mulher, mas direitos de saúde, planejamento familiar e, o principal, quebra de paradigmas e de silêncios. Transbordam espaços de gueto e vão parar nos meios de comunicação de massa e nos lugares de decisão política, de uma forma ou de outra.

Já tentando responder alguns dos questionamentos levantados no início deste artigo, em especial, sobre a qualidade das conexões iluminadas na rede de ativismo em questão, e seu potencial de visibilidade para as pautas, percebe-se que as ações não estão (à primeira vista) ligadas a uma força centralizadora de organização e distribuição, mas sim num coletivo plural de mobilizações sociais, de tessitura absolutamente heterogênea. Ao contrário de compreender esse panorama, de aparente desarranjo, como negativo - e só esse fato já demonstra a clara diferença entre meios digitais e convencionais: a heterogeneidade de opiniões assumida como característica inerente ao digital -, observa-se na atualização da pauta para os dias atuais, movimentos e conquistas importantes. Em junho de 2015, a PL 882/2015 teve andamento e pode ser acompanhada a partir de informações disponíveis no site da Câmara dos Deputados<sup>12</sup>. Ao longo do ano, apesar do cenário político tumultuado motivado pela recessão econômica, denúncias de corrupção, impeachment da presidente Dilma Rousseff, o tema descriminalização do aborto não estagnou, pelo contrário, passou a ser pano de fundo para as disputas políticas (FIGURA 9).

Figura 9 - Matéria do portal Folha de São Paulo, publicada em 24 de março de 2015.

### Jean Wyllys enfrenta Cunha e apresenta projeto que legaliza aborto

DE BRASÍLIA

24/03/2015 20h52

Compartilhar     53 mil  OUVIR O TEXTO  Mais opções

O deputado Jean Wyllys (PSOL) apresentou nesta terça-feira (24) um projeto de lei que garante às mulheres o direito de interromper no SUS (Sistema Único de Saúde) a gravidez de forma voluntária até a 12ª semana de gestação.

A proposta surge quase dois meses após o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que é evangélico, ter dito que se negaria a colocar em votação qualquer projeto que trate-se da legalização de aborto, sustentando que não pauta esse tipo de matéria "nem que a vaca tussa". A bancada religiosa do Congresso costuma travar essas votações.

O projeto terá que ser analisado pelas comissões da Casa. Atualmente, o aborto só é permitido no país em caso de estupro, risco de vida para a mãe ou de fetos com anencefalia.

Ao propor o projeto, Wyllys argumentou que são realizados de 729 mil a 1 milhão de abortos de forma clandestina e insegura no Brasil. Há referência a um estudo da Universidade de Brasília apontando que a maioria das interrupções de gravidez são feitas por mulheres de 18 e 39 anos, casadas, com filhos e com religião: uma em cada sete já abortou.

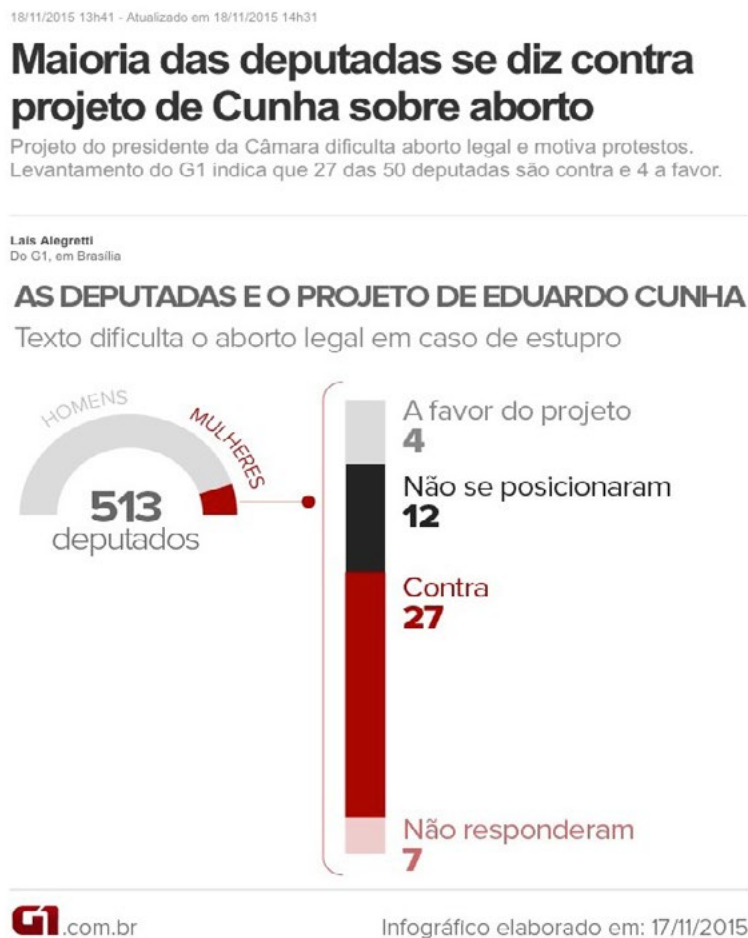
Matéria completa está disponível no link: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1607651-jean-wyllys-enfrenta-cunha-e-apresenta-projeto-que-legaliza-aborto.shtml>

<sup>12</sup> Disponível no link: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050889>. A última movimentação aconteceu no dia 30 de junho de 2015, quando chegou à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

Há portanto essa conexão circunstancial e assumida entre ativistas e parlamentares que, ao contrário do que se possa imaginar, ganha força a partir dos embates entre partidos. Ao considerar as controvérsias como forças produtivas para a rede de vínculos, e com potencial para “refazer o social”, o embate político transfere a pauta de um contexto apenas circunstanciado nos “guetos” das ciberativistas feministas para o cenário político nacional (FIGURA 10). Projeto de Lei 478/2007, intitulado Lei do Nascituro, que volta e meia ressurge e agita a discussão, pretende restringir ainda mais a lei em casos de aborto. O texto é dos ex-deputados Luiz Bassuma (Partido Verde/ BA) e Miguel Martini (Partido Humanista da Solidariedade/ MG), que argumenta que a vida existe desde a concepção.

O projeto é considerado por alguns um retrocesso nas leis, já que retira qualquer acesso aos serviços de saúde para mulheres que sofreram abuso sexual, atravessam gestação de risco ou gestam fetos anencéfalos, no entanto, tem grande chance de voltar à cena no sentido em que novas conjunturas político-partidárias possam surgir.

Figura 10 - Matéria do portal G1, publicada em 18 de novembro de 2015.



Matéria completa está disponível no *link*: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/maioria-das-deputadas-se-diz-contra-projeto-de-cunha-sobre-aborto.html>

Observamos com essa rede estabilizada até aqui que disputas de poder, ou dogmas socialmente concebidos, fazem parte dessa rede de relações, que também apresenta uma trama ainda mais complexa de estratégias de comunicação e uso das redes sociais digitais. A grande questão passa ser a estruturação de possibilidades de coexistência entre opiniões tão divergentes. Entretanto, passamos a visualizar o grande poder emergente de mobilização das pequenas ações, o que Steven Johnson (2003) descreve como estratégias *bottom-up*.

A tendência “natural” em identificar lideranças e ações condicionadas a centros de controle (ou maior poder de visibilidade) - sejam no universo dos micro-organismos, em nosso corpo, ou mesmo nos sistemas políticos e comunicacionais -, induzem muitos pesquisadores a duvidar do modelo matemático discutido por Turing e Keller, a partir do qual organismos simples, seguindo regras simples, são capazes de gerar estruturas surpreendentemente complexas, com resultados não necessariamente previsíveis. Para Johnson (2003), há de se pensar nos fenômenos coletivos a partir das ciências da complexidade e da auto-organização, enfatizando comportamentos *bottom-up*: sistemas adaptativos que desenvolvem comportamentos emergentes, ou seja, solucionam problemas a partir do conhecimento advindo de níveis mais baixos, sem uma “divisão executiva inteligente” (p.14), mas capazes de produzir resultados com sofisticação de níveis mais altos.

Assim recuperamos o conceito de enxame e, nesse sentido, Steven Johnson (2003) relaciona a ideia de inteligência coletiva ao universo dos micro-organismos.

Podemos chamar isto de lógica do enxame: dez mil formigas - cada uma limitada ao escasso vocabulário de feromônio e a mínimas habilidades cognitivas - engajadas coletivamente em resolver problemas com nuances e imprevistos [...] Sua aptidão para engenharia e coordenação social pode ser francamente assustadora - em especial porque nenhuma das formigas está, na realidade ‘encarregada’ da operação global. Foi esta conexão entre micro e macro-organização que despertou em Deborah Gordon o interesse pelas formigas. ‘Eu estava interessada em sistemas que os indivíduos não tem acesso à situação global mas mesmo assim trabalham juntos de forma coordenada’, ela comenta. ‘e conseguem fazer isso usando somente informação local’ (JOHNSON, 2003, p.54).

Observamos que os comportamentos locais de agentes individuais, muitas vezes autônomos, passam a ser importantes para sistemas emergentes e ações coletivas com reflexos importantes em manifestações globais. O que se percebe através das

elaborações descritas por Johnson (2003) é que podemos aprender a partir dos níveis mais baixos de organização - onde a macrointeligência e a adaptabilidade advêm da interação pelo reconhecimento de afinidades no universo do conhecimento local. Nesse sentido, identificamos grande afinidade entre o conceito de emergência, proposto por Johnson (2003), e as ferramentas metodológicas propostas pela TAR. Comportamentos *bottom-up*, representantes de um universo aparentemente desordenado, através de vínculos locais, podem adaptar-se e desenvolver ações emergentes, gerando, assim, resultados em nível global (ou esferas de grande visibilidade).

Isto porque, apesar das conexões mapeadas aqui demonstrarem extrema fragmentação e descentralização em relação às informações e ações ligadas ao tema, o assunto circula entre pequenos grupos com afinidade temática, ganha a adesão de formadores de opinião, noticiários de grande circulação e, por consequência, o âmbito nacional das decisões políticas. Destaque ao tratamento absolutamente diferenciado por cada segmento.

Apenas alguns exemplos nas Figuras 11 e 12.

Figura 11 - Matéria sobre saúde da mulher no site Observatório da Imprensa, de 15 de outubro de 2014.



Observatório Seções OI na TV Vídeos OI OI no Rádio Blogs OI Serviços Contato

Observatório da Imprensa  
Você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito

Quarta-feira, 15 de Outubro de 2014 | ISSN 1519-7670 - Ano 18 - nº 820

Último Programa Programas Anteriores Horários Vídeos do Programa Transcrições

OI NA TV

SAÚDE DA MULHER

## Aborto na mídia

Alberto Dines | Programa nº 745 | 07/10/2014 | 0 comentários

Aborto na mídia

As duas mortes no Rio de Janeiro causadas por abortos em clínicas clandestinas levaram o assunto para as manchetes e impulsionaram os protestos em várias cidades. O tema mobilizou especialistas que denunciaram o descaso das autoridades e revelaram os números que desafiam a Saúde Pública. No país, são realizados cerca de um milhão de abortos por ano, quase todos ilegais. Uma mulher morre a cada dois dias vítima de aborto no Brasil. Os números são da Organização Mundial de Saúde.

O procedimento é o quinto maior causador de mortes no Brasil, segundo o Ministério da Saúde, mesmo assim, o tema não entrou na plataforma dos candidatos nesta eleição presidencial. Com o provável segundo turno entre duas mulheres o assunto é item obrigatório na pauta das candidatas.

O Observatório da Imprensa quer discutir o assunto sob o ponto de vista da mídia que expõe os casos factuais, mas não aprofunda a questão. O debate já tomou conta da opinião pública, mas ainda não sensibilizou nossos parlamentares no Congresso Nacional.

Recomendar 11 pessoas recomendam isto. Seja o primeiro entre seus amigos. Tweet Curtir 11 8+1 17

Disponível no *link*: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/videos/view/aborto\\_na\\_midia](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/videos/view/aborto_na_midia)

FIGURA 12 - Matéria veiculada no telejornal Bom Dia Brasil, no dia 14 de outubro de 2014.



Disponível no *link*: <http://globotv.globo.com/rede-globo/bom-dia-brasil/v/policia-desmantela-quadrilha-que-fazia-abortos-no-rio-de-janeiro/3697521/>

Veículos de comunicação brasileiro e internacional fizeram matérias sobre os atos e em alusão à data de 28 de setembro, além de matérias sobre as investigações policiais acerca de diversos casos de clínicas clandestinas de aborto - este, recorte específico dado pelos meios de grande circulação -, levantando questões em torno da batalha travada entre grupos anti-aborto (autodenominados pró-vida) e ativistas pelo direito reprodutivo e das mulheres. Em alguns espaços, a opinião dos veículos acabou ficando clara ao longo do texto e das declarações escolhidas para compor as notícias, algo que deve ser levado em conta ao analisarmos a influência que essas notícias possuem junto à opinião pública.

Além disso, temos as ações articuladas a partir da internet, e outras, nas ruas, demonstração clara do vínculo indissociável (e necessário) entre os espaços virtual e físico.

### CONSIDERAÇÕES PARCIAIS SOBRE O MÉTODO: REFAZENDO O SOCIAL?

Quase dois anos separam o início do monitoramento das *tags* #28set, #LegalizaO Aborto e #AbortoLegal do mapa de vínculos organizado aqui. De fato, nos deparamos com uma rede muito influenciada por conjunturas, e claramente suscetível a oscilações, só detectáveis com esse distanciamento. Por outro lado, o prolongamento temporal evidenciou uma potência relevante de “possibilidades”, nem sempre direcionadas por consensos ou centros de “controle”, mas plenamente disponível a um sistema auto-organizado de troca de informações. São nesses movimentos constantes que observamos

ações que podem emergir de onde menos se espera. Gerando possíveis reverberações em níveis relevantes e inesperados.

Ao longo do ano de 2015, por exemplo, os debates continuaram circunscrito aos grupos ativistas, porém quando a ligação do vírus zika com o surto de microcefalia em recém-nascidos começou a ser debatida, militantes, médicos e mulheres colocaram uma lente de aumento nas discussões sobre o tema. Em 2016, o vínculo entre o vírus e a microcefalia foi finalmente comprovada por cientistas americanos, conduzindo a Organização Mundial da Saúde - OMS a deliberar sobre a liberação do aborto em casos de microcefalia<sup>13</sup>, (re)definindo assim “novos” modos de existência para o tema aborto.

Outras situações foram criadas, entre elas uma audiência pública realizada no dia 28 de abril de 2016, através de um canal na web de diálogo entre o Senado e a população. A mesa foi composta por mulheres, médicas, juristas, militantes pró legalização, e presidida pelo senador - relator da sugestão que deve levar o parecer para votação no senado - Magno Malta. Trechos de opiniões divergentes em relação ao tema, o que já demonstra conflitos de interesses diversos:

Para as ativistas “pró-vida”, os argumentos que relativizam o valor da vida do embrião são inaceitáveis. Para Rosemeire Santiago, o melhor significado para a palavra “mulher” é a concepção da vida. Em São Paulo, ela dirige o Centro de Reestruturação para a Vida, que apoia mulheres que passam por uma gravidez indesejada. O centro já atendeu mais de 9 mil mulheres, 5 mil das quais com resultado positivo para a gravidez indesejada. Por conta do trabalho feito, segundo disse, apenas 1% delas mantiveram a ideia de abortar.

Doris Hipólito, também contrária ao aborto, fundou e dirige no Rio de Janeiro as Casas de Amparo às Gestantes do Rio de Janeiro. Ela mostrou na audiência um vídeo em que diversas mulheres contam de sua desistência de abortar depois de buscar apoio da instituição, cujo trabalho envolveria atenção médica e capacitação profissional para as mulheres. Assim como Rosemeire, Doris detalhou pormenores de modalidades de aborto e descreveu tipos de sequelas que afirmou serem comuns entre as mulheres que recorrem ao ato.

[..]

A médica obstetra Melânia Amorim trouxe dados de pesquisas que reforçam o ponto de vista sobre a necessidade de descriminalização do aborto, como parte de uma política pública de saúde. Segundo ela, uma a cada cinco mulheres aos 40 anos já terá feito pelo menos um aborto. Para classes sociais desfavorecidas, segundo a médica, a alternativa tem sido recorrer a procedimentos com profissionais que atuam clandesti-

13 A proposta sofre oposição, mas é de se esperar que o STF vote a proposta em breve, em medida de urgência, ainda não se sabe a data. Organizações da saúde se movimentam para que a exceção seja votada o quanto antes. A ONG Católicas pelo Direito de Decidir também manifestou sua preocupação em relação aos casos do vírus e seus efeitos nas mulheres grávidas: <http://catolicas.org.br/novidades/editoriais/zika-aborto-catolicas/>. Outras matérias abordam o tem: <http://oglobo.globo.com/brasil/legalizacao-de-aborto-para-gravidas-com-virus-zika-gera-debate-18673752> e <http://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/claudia/zika-e-aborto>.

namente, colocando sua saúde e vida em risco. No mundo, afirmou, 15% das mortes maternas decorrem de abortos inseguros.

(Trechos da matéria *Descriminalização do aborto volta a causar polêmica em Comissão*. 28/04/2016, 18h59. Sobre a audiência pública ocorrida no Senado.

Disponível no *link*: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/04/28/descriminalizacao-do-aborto-volta-a-causar-polemica-em-comissao>).

Foi citado, em diversos momentos da audiência, o fato de que as maiores prejudicadas pela criminalização do aborto são as mulheres negras e pobres. A seletividade ao acesso aos direitos no Brasil e da aplicação da lei penal é um fator essencial nesse debate e deve ser destacado sempre que possível, como foi feito [...] O senador Magno Malta é o relator da sugestão legislativa tratada na audiência e é um político que faz parte do lobby contra os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres. O SUG15 teve falas de outros que fazem parte desse lobby, como os deputados Feliciano e Flavinho. Conhecemos seu posicionamento e sabemos que, infelizmente, se depender dele, a discussão não avançará mais do que isso. Ele encerrou a sessão falando de deus e sua família e assim reforçou a posição de que a questão é de ordem religiosa e não de direitos e de saúde pública. A discussão precisa evoluir para a ordem pública.

(Trecho do depoimento da advogada e feminista, Thaís Campolina, disponível no *link*: <http://www.revistaforum.com.br/ativismodesofa/2016/04/28/a-discussao-sobre-a-legalizacao-do-aborto-no-brasil/>).

Eventos como esse, de confluência e simultaneidade aparentemente caótica de opiniões, o que muitas vezes adiam tomadas de decisões; ou outros, relacionados, por exemplo, a deliberações do mercado no sentido de limitar (taxar com mais rigor) o acesso à internet, demonstram quão controverso pode ser o conceito de midialivrismo. Entretanto, cabem aos profissionais de comunicação e pesquisadores intervenções transformadoras, na busca por desvelar os múltiplos vínculos no coletivo social, destravando as tramas que amarram formas de cooptações comercial e política aos fenômenos sociais; possíveis também com a abertura das caixas-pretas e apresentação das controvérsias.

Os dados coletados na rede de ciberativistas, a partir das *tags* #28set, #LegalizaOAborto e #AbortoLegal, apresentam uma multiplicidade legítima e ampla de ações e posicionamentos diante do tema. A heterogeneidade observada nos induz a perceber que, além dos dispositivos híbridos existentes - ações de naturezas distintas -, os actantes instituídos nas opiniões dos usuários da internet, espectadores de TV, legisladores, formadores de opinião, e seus diversos recursos materiais disponíveis, não atendem prioritariamente a demandas coletivas, pois parecem representar opiniões



esparças (comentários pessoais nas timelines, questões político-partidárias, recortes editoriais nas matérias, estratégias promocionais etc.). Entretanto algumas ações (manifestações nas ruas, projetos de lei, audiências com o Legislativo etc.) oportunizam vínculos temporários que demonstram o potencial auto-organizativo desse coletivo “inicialmente esparso”.

Por isso mesmo, percebe-se como possibilidades bastante exploradas pelas feministas.

O Feminismo, enquanto um movimento plural, encontrou na internet um amplo espaço de trocas de informação, conhecimento e estratégias de embate, além de apoio entre as próprias mulheres, o que fortalece ainda mais sua combatividade. A importância do ciberespaço para as militantes circunda em sua colaboratividade; ações de ativismo só se massificam se houver colaboração e empenho, além da própria autonomia dos que se propõem a participar (COELHO, 2015, p. 23).

A orientação metodológica Teoria Ator-rede (TAR), segundo avaliação desse trabalho, nos pareceu oportuna no sentido em que favorece a identificação dessas múltiplas conexões existentes no campo, híbridas por natureza, e que partem de espaços de socialização (tanto virtual como material), reverberando ações com potencial reflexivo e politicamente transformadoras. Parte-se de uma imagem mais panorâmica dos dados socialmente aceitos e reproduzidos, para um campo absolutamente aberto em possibilidades, buscando as pistas deixadas nos movimentos nem sempre publicizados pela “grande mídia”. Os eventos e meios de comunicação (não-humanos) não falam por si só, nem mesmo os sujeitos (humanos). As relações propostas em seus breves vínculos temporários nos dizem mais, o que John Law (2008) descreve como realidades performativas.

A cartografia de controvérsias ciberativistas, amparadas na TAR (Venturini e LATOUR, 2010; LATOUR, 1994, 2005;), propõe maneiras de nos relacionarmos com o social: pelo caminho do contraditório, do residual, do que deve ser negligenciado. Assim nos permitimos observar, dar visibilidade a outras falas, outras opiniões sobre um fato. Abrimos mão de um modelo explicativo, para “simplesmente” darmos voz a um coletivo que apenas precisava dizer algo.

Certamente hoje, esta rede não poderia ser vista da mesma maneira, ou com a mesma configuração. Outro social se faria presente, outro coletivo estaria sendo formado por outras relações oportunas. Para Fernanda Bruno (2012), quando “entendemos a tarefa da política como a composição progressiva de um mundo comum” (p.700), compreendemos também a necessidade de “ampliar os modos de existência que delas participam, distribuindo a ação e fazendo proliferar os mediadores” (p.700).

De todo o modo, não cabe a esse método julgá-la.

Talvez, nesse primeiro momento, apenas fazê-la existir já possa ser útil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia.**

2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRUNO, Fernanda. Rastros Digitais sob a perspectiva da Teoria Ator-rede.

Revista Famecos, 19(3). **Revista FAMECOS**, 2012. Recuperado em 12 de setembro de 2014. Disponível no *link*: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/12893/8601>.

COELHO, Ana Paula Pereira. **Ciberfeminismo, descriminalização do aborto e a Teoria Ator-rede: uma experiência com controvérsias e redes em ação.** Trabalho de Conclusão de Curso defendido no curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão/UFMA. 2015.

Gumbrecht, Hans Ulrich. **O Campo Não-Hermenêutico e Adeus à Interpretação.**

Cadernos da Pós/Letras. Rio de Janeiro: UERJ/IL, número 5, 1995.

JOHNSON, Steven. **Emergência: a dinâmica de rede em formigas, cérebros, cidades e softwares** [Trad. de Maria Carmelita Pádua Dias; Rev.Téc. Paulo Vaz]. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Vida de Laboratório: a produção de fatos científicos** [Trad. de Ângela Ramalho Vianna] Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

\_\_\_\_\_. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora** [Trad. de Ivone C. Bernedetti]. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Reassembling the Social: an introduction to actor-network-theory.** New York: Oxford University Press, 2005.

LAW, John. **After Method: mess in social science research.** New York: Routledge, 2004.

\_\_\_\_\_. On sociology and STS. In: **The Sociological Review**, 56: 4. Oxford: Blackwell Publishers, 2008.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Uma agenda metodológica para a recepção transmidiática da ficção televisiva. in XX Encontro da Compós, na UFRGS, 2011. Disponível no *link*: [http://www.compos.org.br/pagina.php?menu=91&mmenu=6&gm=int&gti=ar\\_qul&ordem=3&grupo1=9D](http://www.compos.org.br/pagina.php?menu=91&mmenu=6&gm=int&gti=ar_qul&ordem=3&grupo1=9D).

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SANTAELLA, Lúcia e LEMOS, Renata. **Redes Sociais Digitais**: a cognição conectiva do Twitter. São Paulo: Paullus, 2010.

VENTURINI, Tommaso; LATOUR, Bruno. Le tissu social: traces numériques et méthodes quali-quantitatives. in: **Publications, Research Centre of SciencesPo, Médialab**, 2010. Disponível no *link*: [http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini\\_Latour-Le\\_Tissu\\_Social.pdf](http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini_Latour-Le_Tissu_Social.pdf). Acesso em 4 de julho de 2014.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory. in: **Publications, Research Centre of SciencesPo, Médialab**, 2010. Disponível: [http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini-Diving\\_in\\_Magma.pdf](http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini-Diving_in_Magma.pdf). Acesso em 4 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. Building on faults: how to represent controversies with digital methods. in: **Publications, Research Centre of SciencesPo, Médialab**, 2012. Disponível: [http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini-Building\\_on\\_Faults.pdf](http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini-Building_on_Faults.pdf). Acesso em 4 de julho de 2014.